





CRUB elege em Assembleia o Reitor Claudio Alcides Jacoski (UNOCHAPECÓ), o novo Presidente para o período 2025/2027



Diálogos CRUB

CRUB entrevista o Prof^o Dr. Carlos Alberto Cione Sampaio, que fala sobre o Livro: O Impacto da Pós-Graduação Brasileira na Agenda 2030: Contribuição do Sistema Nacional de Pós-Graduação para a COP 30 na Amazônia

saiba mais

saiba mais

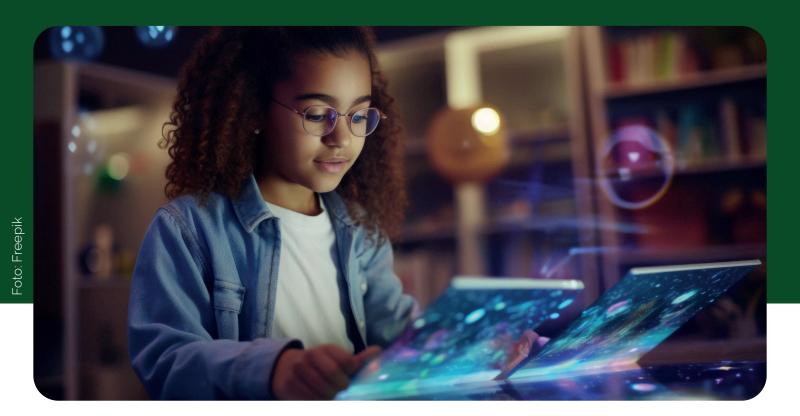


25

NESTA EDIÇÃO

03	Governo Federal institui o Sistema Nacional de Educação
04	Diálogos CRUB: Entrevista com o Profº Dr. Carlos Albert Cione Sampaio
07	INEP coordenará novo Sistema de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica
09	Coluna Conexão Educação - Dyogo Patriota Como a Administração Pública enxerga a adoção de padrões uniformizadores ao setor de Educação Superior?
12	CRUB elege em Assembleia o Reitor Claudio Alcides Jacoski (UNOCHAPECÓ), o novo Presidente para o período 2025/2027
13	Artigo: As CEUAs nas Universidades: Ética, Regulamentação e Promoção da Qualidade em Pesquisa e Ensino com Animais
16	Agenda CRUB
21	Carteira Nacional Docente é criada para valorizar professores em todo o Brasil
21	Brasil sedia o 10º Fórum de Jovens Cientistas do BRICS, em Brasília
21	Divulgados os resultados do Censo da Educação Superior 2024
22	MEC define regras para execução de Emendas Parlamentares
23	Reitor Pedro Rubens (UNICAP), Presidente do CRUB, recebe o Título <i>Doutor Honoris Causa</i> da Universidade Católica de Lille (França)
24	Novo Plano Nacional de Educação propõe 19 objetivos e prevê investimento de R\$ 280 bilhões até 2035
24	Sai lista de Cursos Superiores semipresenciais autorizados pelo MEC
	Γ

Acontece nas Associadas



Governo Federal institui o Sistema Nacional de Educação

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, no dia 31 de outubro, no Palácio do Planalto, o Projeto de Lei Complementar nº 235/2019, que cria o Sistema Nacional de Educação (SNE). A nova Lei, apresenta normas de cooperação entre União, Estados e Municípios e estabelece uma lógica integrada para planejamento, execução, acompanhamento e regulação das políticas educacionais brasileiras, seguindo os parâmetros do Plano Nacional de Educação (PNE).

Com a coordenação do MEC e respeito à autonomia federativa, o SNE passa a organizar mesas permanentes de pactuação, instituindo a Comissão Intergestores Tripartite da Educação (Cite) e Comissão Intergestores Bipartite de Educação (Cibe), favorecendo decisões colegiadas e a distribuição mais equilibrada de recursos, com foco na redução das desigualdades educacionais. A expectativa é aprimorar padrões nacionais de qualidade, reforçar o financiamento equitativo, valorizar profissionais da educação e assegurar inclusão, principalmente a educação especial em perspectiva inclusiva, em todas as etapas do ensino. A legislação também resgata uma reivindicação histórica que vem sendo debatida desde o Manifesto dos Pioneiros de 1932, mencionada em relatórios de transição de governo e em Conferências Nacionais de Educação, e agora se torna realidade institucional.

saiba mais



Relator do PNE explica as metas em estudo para a educação nos próximos dez anos

Assista a Entrevista

Diálogos CRUB



CRUB entrevista o **Profº Dr. Carlos Alberto Cione Sampaio**, que fala sobre o Livro: O Impacto da Pós-Graduação Brasileira na Agenda 2030: Contribuição do Sistema Nacional de Pós-Graduação para a COP 30 na Amazônia

Diálogos CRUB: O livro "Impacto da Pós-Graduação Brasileira na Agenda 2030: Contribuição do Sistema Nacional de Pós-Graduação para a COP 30 na Amazônia" é o resultado de uma pesquisa, com dados fundamentais para o cenário nacional e internacional. Qual foi o principal objetivo da CAPES ao lançar este livro e como ele se conecta com os compromissos do Brasil com a Agenda 2030 da ONU?

Prof° Dr. Carlos Alberto Cione Sampaio: O principal objetivo da CAPES ao lançar o livro Impacto da Pós-Graduação Brasileira na Agenda 2030 foi apresentar evidências concretas da contribuição do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) para o desenvolvimento sustentável e para os compromissos do Brasil com a Agenda 2030. A obra dá continuidade ao documento CAPES na Rio+20 (2012), atualizando dados e incluindo todas as 50 áreas de avaliação da CAPES, com foco especial na COP30, na Amazônia. O propósito central é demonstrar como a Ciência brasileira, predominantemente gerada pela Pós-Graduação, pode oferecer respostas diante do quadro de emergência climática e inspirar compromissos em prol de um Brasil mais justo, inclusivo e sustentável.

Diálogos CRUB: É importante revisitar o conceito de desenvolvimento sustentável envolvendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Segundo o livro, quais os ODS mais frequentemente abordados nas teses e dissertações brasileiras (700 mil aproximadamente), diante do quadro já de emergência climática, citada pelo entrevistado?

Prof° Dr. Carlos Alberto Cione Sampaio: Entre as cerca de 700 mil teses e dissertações analisadas (2013–2022), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável mais frequentemente relacionados foram: ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima).

Esses resultados refletem a predominância de pesquisas voltadas às dimensões social e tecnológica, em sintonia com a emergência climática e os desafios contemporâneos do país.

Diálogos CRUB: Por outro lado, o livro também aponta lacunas — ou áreas menos exploradas — da Pós-Graduação em relação à Agenda 2030. Quais os pontos que merecem mais atenção?

Prof° Dr. Carlos Alberto Cione Sampaio: Os ODS menos frequentes nos Planos Nacionais de Pós-Graduação e na produção científica foram aqueles ligados à dimensão ambiental (ODS 6, 14 e 15). Essas lacunas vêm sendo gradualmente incorporadas nos novos PNPGs, acompanhando o contexto de emergência climática e de reivindicações sociais. Há também desafios em ampliar a integração dos ODS nas práticas formativas, especialmente no que tange à educação para o desenvolvimento sustentável e à transferência de conhecimento.

Diálogos CRUB: A CAPES tem afirmado que a Pós-Graduação precisa ter "a cara do Brasil", valorizando a diversidade regional, étnico-racial e temática. Como essa diversidade contribui para o alcance dos ODS? Em sua opinião, uma das possibilidades seria a inclusão do ODS 18: Igualdade Étnico-Racial?

Profº Dr. Carlos Alberto Cione Sampaio: O livro reconhece a diversidade regional, étnico-racial e temática como essencial para que a Pós-Graduação tenha "a cara do Brasil". A pluralidade de contextos regionais e saberes contribui para territorializar os ODS, ampliando sua pertinência social. Nesse sentido, o ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial, lançado oficialmente em 2024, é apresentado como uma ampliação necessária da Agenda 2030 brasileira, fortalecendo o combate ao racismo e a inclusão de perspectivas decoloniais e de povos tradicionais na Ciência e na Educação Superior. Ressalto que a proposta do ODS 20 – Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais –, em discussão na Comissão Nacional dos ODS, vinculada à Presidência da República, reforça a importância do ODS 18.

Diálogos CRUB: Como a interdisciplinaridade e a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento são tratadas no livro? Elas são fundamentais para que a Pós-Graduação contribua de forma mais efetiva para a Agenda 2030?

Prof° Dr. Carlos Alberto Cione Sampaio: A interdisciplinaridade é tratada como eixo estruturante da obra e das estratégias para o quadriênio 2025-2028. O livro mostra que a integração entre áreas e a colaboração interinstitucional ampliam a capacidade da Pós-Graduação de gerar alternativas e soluções sistêmicas para o alcance dos ODS. Além da interdisciplinaridade, é necessário reconhecer que o método científico muitas vezes não dispõe de ferramental, interesse ou mesmo "tempo" adequado para desvendar saberes difundidos nos territórios — como aqueles preconizados na proposta do ODS 20.

Diálogos CRUB: De que forma a estrutura adotada para organização da obra e o delineamento metodológico contribuem para um diálogo entre o legado institucional, práticas inovadoras e reflexão crítica sobre os desafios futuros presentes nos processos de ensino, pesquisa, inovação e extensão?

Prof° Dr. Carlos Alberto Cione Sampaio: O livro adota quatro eixos metodológicos principais:

- 1. Análise documental e histórica dos PNPG e da Agenda 2030;
- 2. Métodos cientométricos e inteligência artificial (OpenAlex e Dados Abertos CAPES) para mapear a presença dos ODS;
- 3. Seleção de Boas Práticas (Destaques) que exemplificam impacto real em ensino, pesquisa, inovação e extensão;
- 4. Propostas de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), com integração entre níveis de ensino.

Essa estrutura assegura um diálogo entre o legado institucional, a inovação metodológica e a reflexão crítica sobre os desafios futuros.

Diálogos CRUB: De que forma o livro pode servir como base para Políticas Públicas — especialmente pensando na COP30 e no próximo Plano Nacional de Pós-Graduação?

Prof° Dr. Carlos Alberto Cione Sampaio: A obra é concebida como insumo para políticas públicas educacionais e científicas, especialmente voltadas à COP-30 e ao novo PNPG (2025-2029). Ela oferece evidências empíricas para decisões sobre financiamento, indução de áreas prioritárias e articulação com ministérios e organismos internacionais. A intenção é orientar estratégias de mitigação e adaptação climática, integrar os ODS à Educação Superior e, oportunamente, fortalecer um método próprio — ou, melhor, uma ciência amazônica. Nesse sentido, o fato de as 50 áreas terem induzido, por meio de seus Documentos de Área da quadrienal vigente (2025-2028), ainda que com diferentes graus de intensidade, os programas de pós-graduação a alcançarem os ODS constitui, por si só, uma política pública vigorosa.

Diálogos CRUB: O livro menciona a necessidade de indicadores de impacto. Como a CAPES e as Instituições estão avançando nesse sentido?

Profo Dr. Carlos Alberto Cione Sampaio: O livro defende a criação e o aperfeiçoamento de indicadores de impacto potencial e real na avaliação da CAPES. Entre eles estão a correlação de teses e dissertações com os ODS e as boas práticas regionais. As 50 áreas de avaliação participaram de um levantamento com 100% de resposta, permitindo identificar dimensões de impacto social, ambiental, econômico e institucional. Isso representa um avanço na mensuração do retorno da Pós-Graduação à sociedade. Evidenciam-se dois pontos importantes: primeiro, a própria localização de programas em territórios ecossocioeconomicamente vulneráveis — normalmente em regiões interiorizadas — constitui, por si só, um indicador de impacto. Segundo, ainda que seja mais difundido que a atividade de extensão é a última na cadeia de produção do conhecimento (iniciando-se com pesquisa e inovação, passando pelo ensino e culminando na extensão), quando as Instituições de Ensino Superior estabelecem a extensão não apenas como política, mas como prática, ela pode também inaugurar a cadeia de produção do conhecimento, indicando pautas de pesquisa e inovação e, consequentemente, de ensino.

Diálogos CRUB: Na sua opinião pessoal, qual foi ou poderá ser a contribuição mais relevante da Pós-Graduação brasileira para a Agenda 2030?

Prof° Dr. Carlos Alberto Cione Sampaio: A principal contribuição da Pós-Graduação brasileira para a Agenda 2030 é sua capacidade de articular ciência, política pública e compromisso ético-social, produzindo conhecimento que responde a emergências climáticas e desigualdades históricas. Com 95% da pesquisa científica nacional originada em universidades públicas, o SNPG atua como protagonista na promoção do desenvolvimento sustentável, da equidade e da transformação social.



Deseja mais informações?

Clique aqui



INEP coordenará novo Sistema de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) coordenará o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (SINAEPT), ferramenta instituída pelo Decreto n.º 12.603, de 28 de agosto de 2025, para aferir a qualidade das Instituições e Cursos de Educação Profissional e Tecnológico em todo o país.

De acordo com o Decreto, o INEP irá coordenar a implementação e desenvolvimento do Sistema de Avaliação relativo à Educação Profissional e Tecnológica; elaborar estudos e análises de metodologias que alinhem a oferta de cursos com as demandas sociais e do mercado de trabalho; e orientar as Instituições formadoras sobre as diretrizes nacionais e a operacionalização do SINAEPT.

Política Nacional – A criação do SINAEPT integra a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT), também instituída pelo mesmo decreto, que visa consolidar uma formação cidadã, inclusiva e alinhada às necessidades sociais e de desenvolvimento sustentável.

Confira o Decreto

Saiba mais



CRÉDITO COM O MENOR CUSTO PRIVADO PARA A SUA INSTITUIÇÃO DE ENSINO



Oferta **sob medida** para graduação e pós.



Condições especiais para **Medicina** com redução do custo para a IES e para o estudante.



E tudo no modelo 100% Success Fee: sem custo de implementação, manutenção ou recorrência!

(Seja parceira





Dyogo PatriotaAssessor Jurídico CRUB

COLUNA Conexão Educação

Como a Administração Pública enxerga a adoção de padrões uniformizadores ao setor de Educação Superior?

A massificação da Educação Superior é um impeditivo ao exercício da Autonomia Universitária? Esta é uma questão complexa e que é totalmente pertinente tendo em conta o surgimento de legislações cada vez mais integrativas e uniformizadoras em relação às práticas e às atividades de ensino. Entre as novas normas, tanto a Lei Complementar n.º 220/2025 (publicada recentemente), quanto a proposta do Conselho Nacional de Educação (CNE) para o estabelecimento de Diretrizes e regras à pós-graduação lato sensu (que aguarda homologação do Ministro da Educação) são exemplos do tensionamento entre a Autonomia e a Padronização.

A Educação Superior já existia nos tempos de Colônia, mas sua oferta era extremamente reduzida e vinculada à elite nacional (COSTA: RAUBER. 1996). Mesmo com a chegada de Dom João VI ao Brasil e a abertura formal das primeiras Faculdades, o número de Instituições de Ensino Superior (IES) no país era baixíssimo. O movimento de criação das Universidades também ocorreu muito tardiamente em comparação com outros países da América do Sul, já no século XX, o Ministério da Educação surgiu em 1930. No entanto, agora é possível acompanhar um novo fenômeno em andamento, a massificação da graduação e uma das causas para tanto é a abertura do setor à exploração pelas empresas durante o Governo FHC (MP n.º 1.477-39/1997). Segundo Cabral (2024), em 1998 havia 900 Instituições, que ofereciam 6.132 cursos e registravam 1.945.615 matrículas. O último Censo da Educação Superior (base 2024), evidenciou a existência de 2.164 IES, com o total de 23.664.880 vagas, mas com 8.162.039 matrículas. O sistema multiplicou o número de estudantes num curto espaço de tempo principalmente por causa do

Ensino a Distância (EaD) que é ofertado, na sua maior parte, por grandes grupos empresariais. Apenas a forte expansão já deixa dúvidas sobre a capacidade de crescer tão rapidamente e ainda manter a qualidade

De outro lado, na década de 1920 – com a "Reforma Eduardo Campos" (Decretos n.º 3.617/31, n.º 2.076/40 e n.º 42/83) - foi permitido à iniciativa privada desenvolver entidades de graduação superior, que naquele momento adotavam formas exclusivamente pias (associações e fundações). No decorrer dos anos, a autonomia universitária começou a tomar corpo, sendo prevista e também suprimida nas Reformas Rivadávia Corrêa e Carlos Maxiliano. O Ministro Franciso Campos, por sua vez, adequou essa garantia dando a ela um aspecto de autonomia relativa. Em 1945 e 1961, a autonomia passa a ser prevista no Decreto n.º 8.393 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB. Durante o Regime Militar surgem novas restrições (Decretos-Leis n.º 53/66, n.º 252/67 e n.º 477/69), até que se chega à Constituição de 1988 e a elevação de tal prerrogativa ao status de garantia constitucional. A partir de então, o Supremo Tribunal tem mantido posicionamentos vacilantes sobre essa matéria, ora contraindo tal autonomia (ADI n.º 6.565-MC e RE n.º 1.036.076 AgR), ora a reforçando (ADI n.º 3.792 e ADPF n.º 756).

Tendo em conta esses antecedentes históricos é possível compreender porque o forte crescimento do setor nas últimas três décadas tem levado o Poder Público a adotar mais padrões com fins de garantia da qualidade, um exemplo disso é a Lei Complementar n.º 220/2025, que instituiu o "Sistema Nacional de Educação". A regra legal não se limitou a criar uma colaboração entre a União, Estados, DF e Municípios, mas adentrou na manutenção de estruturas nacionais de avaliação da Educação Superior (graduação e pós), na implementação de padrões de qualidade aplicáveis nos níveis federal, estadual, distrital e municipal, mas com orientações de respeito à identidade e diversidade das instituições; estabeleceu a análise conjunta e colaborativa do desempenho dos estudantes; novos referenciais básicos para regulação e supervisão; e transparência para melhor prestação de informações à sociedade. Ao mesmo tempo, a Resolução emitida pelo CNE em relação à pós-graduação lato sensu parece operar no mesmo espectro de referenciais gerais mínimos a serem observados, entre eles: a exigência de que a parceria entre instituições seja limitada àquelas credenciadas para tanto (com registro dos convênios no eMEC); vedação à utilização de cursos como substitutivos de Residências Médicas e de cursos de especialização fora da linha principal de atuação e da experiência formativa da entidade ofertante; imposição de que 30% do corpo docente possua pós-graduação stricto sensu e que 50% deles tenham vínculo jurídico com a própria Instituição, entre outras medidas.

A sutileza do cenário exposto é que parece haver um dissenso entre o Poder Legislativo e Conselho Nacional de Educação quando comparados com a postura do Ministério da Educação. Ainda que o Ministério da Educação tenha colaborado para a criação de standards mínimos a serem respeitados pelas Instituições de Educação Superior, por exemplo, ao editar as Portarias MEC n.º 378/2025 e n.º 381/2025 (que

visam regular o ensino a distância), contraintuitivamente embutiu regras de "não-regulação" ou de "autorregulação" pelas IES, como aquelas afetas à abertura de polos EaD independentemente de autorização prévia da Administração Pública e de avaliação que, se ocorrer, se dará por amostragem.

Pode-se afirmar que há razões que tornam a tarefa do Ministério da Educação muito difícil, entre elas o fato de grandes empresas educacionais, com centenas de milhares de alunos, serem algo completamente novo no Brasil, o que implica num setor que já não apresenta características gerais comuns entre todos os seus integrantes. Ao mesmo tempo, talvez seja essa a grande pista a ser seguida para orientação e regulação da Educação Superior, a de que a normatização e os padrões de qualidade devem reconhecer a heterogeneidade das IES, propor medidas mínimas de integração, garantias formativas aos estudantes, mas com respeito à diversidade que ganhou o setor de Educação Superior no século XXI. É preciso identificar a fórmula que não permita que se possa precarizar a qualidade mesmo no ambiente atual em que convivem, de um lado, os Big Players Educacionais, e, de outro, todas as demais entidades públicas (federais, estaduais e municipais), privadas com lucros e as sem fins econômicos como as associações e fundações.

- ¹Não obrigação de escolha do primeiro colocado em eleição baseada em lista tríplice.
- ² Contrariedade à cobrança de taxa para expedição de diplomas.
- ³ Declarou a inconstitucionalidade de lei do Estado do Rio Grande do Norte que obrigava a Universidade Estadual a prestar serviços de assistência judiciária aos necessitados presos em flagrante durante o final de semana.
- ⁴ Validou a exigência pelas Universidades de comprovantes de vacinação das pessoas que circulavam em seus campi.

Obras citadas:

COSTA, Everton de Brito Oliveira. RAUBER, Pedro. Revista Jurídica UNIGRAN. Dourados, MS. v. 11/n. 21/Jan.-Jun. 2009.

CABRAL, Rodolfo de Carvalho. Regulação da educação superior: o desafio da expansão com garantia da qualidade. Belo Horizonte: Fórum, v. 11, 2024.



CRUB elege em Assembleia o Reitor Claudio Alcides Jacoski (UNOCHAPECÓ), o novo Presidente para o período 2025/2027



O Conselho de Reitoras e Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), realizou na tarde de 24/10, sua 104ª Assembleia Geral Extraordinária Virtual e Eletiva. Durante o encontro, o Reitor Claudio Alcides Jacoski, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), foi eleito o 32º Presidente da Entidade, para o biênio 2025/2027.

A Sessão foi conduzida pela Comissão Eleitoral, integrada pela Professora Lia Maria Herzer Quintana (ex-Presidente do CRUB), pelo Professor Evandro do Nascimento Silva (ex-Diretor do CRUB), pela Professora Luciane Lúcio Pereira (ex-Diretora do CRUB), e pelo Assessor Jurídico do CRUB Walter Dantas Baía.

Além da eleição da nova Presidência, foi definido o novo Conselho de Administração da entidade:

Presidência: Reitor Claudio Alcides Jacoski – UNOCHAPECÓ 1ª Vice-Presidência: Reitora Vera Lúcia da Rocha Maquêa – UNEMAT

2ª Vice-Presidência: Reitor Marco Antonio Soares de Souza – UNIVASSOURAS

3ª Vice-Presidência: Reitor Paulo Muniz Lopes – ASCES/UNITA Tesouraria: Reitor Alberto Barella Netto – UNIRV Suplente: Reitora Célia Regina Diniz – UEPB

A Eleição marca o início de um novo ciclo de gestão no CRUB, reafirmando o compromisso da Entidade com o diálogo e a integração entre os diferentes segmentos de Instituições da Educação Superior do país.



Decifrando o educacional, inovando o institucional.





ARTIGO

As CEUAs¹ nas Universidades: Ética, Regulamentação e Promoção da Qualidade em Pesquisa e Ensino com Animais

Autores:

Dr. Acácio Duarte Pacheco

Professor Adjunto, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC. Conselheiro no CONCEA, Representante do CRUB

Dr. Ivan Cunha Bustamante Filho

Professor Adjunto, Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, RS. Conselheiro no CONCEA, Conselheiro no CONCEA, Representante do CRUB

O desenvolvimento científico e tecnológico nas universidades brasileiras passa, necessariamente, pela observância de princípios éticos, sobretudo quando envolve o uso de animais em pesquisa e ensino. Nesse cenário, as **Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs)¹** desempenham papel insubstituível, constituindo a instância responsável pela avaliação, regulamentação e acompanhamento das atividades relacionadas à experimentação animal no âmbito universitário.

As CEUAs são instituídas em conformidade com a legislação federal, em especial a **Lei nº 11.794/2008 (Lei Arouca)**, e são regulamentadas pelo **CONCEA**. A atuação das CEUAs é pautada por normas técnicas e éticas detalhadas, estabelecidas pelo CONCEA por meio de resoluções, guias e outros instrumentos normativos. Dessa forma, as universidades brasileiras encontram-se amparadas por um marco legal robusto e atualizado, que orienta a criação, o funcionamento e as responsabilidades dessas Comissões.

O principal objetivo das CEUAs é garantir que o uso de animais em ensino e pesquisa ocorra em estrita observância dos princípios dos **3R** (Redução, Substituição e Refinamento), promovendo tanto o respeito aos direitos dos animais quanto a qualidade e a confiabilidade dos resultados científicos.

As CEUAs funcionam como verdadeiros **agentes de adequação das atividades acadêmicas**, avaliando desde os projetos de pesquisa até as práticas de ensino que envolvem animais. Para tanto, analisam detalhadamente os protocolos submetidos, observando a relevância científica, o desenho experimental, a existência de métodos alternativos, o número de animais utilizados, os procedimentos de manejo, anestesia e analgesia, as condições de alojamento e o destino dos animais pós-experimento.

Esse rigor ético e metodológico promovido pelas comissões não se restringe ao bem-estar animal: tem repercussões diretas na **qualidade da ciência produzida**, aumentando a confiabilidade dos dados, prevenindo vieses e erros metodológicos, e garantindo que as atividades acadêmicas estejam alinhadas com padrões internacionais.

Outro ponto central do papel das CEUAs é o diálogo permanente com pesquisadores, professores, alunos e corpo técnico-administrativo das universidades. As comissões atuam na divulgação das diretrizes normativas e da importância da qualificação de todos os profissionais envolvidos em experimentação animal. Por meio de cursos, workshops, palestras e documentos técnicos, promovem a atualização constante dos conhecimentos e práticas, incentivando condutas éticas e o uso de metodologias inovadoras.

Esse trabalho de sensibilização e orientação é fundamental para consolidar uma cultura institucional comprometida com os valores éticos, ampliando a compreensão sobre a importância do respeito aos animais e seus reflexos positivos na excelência científica. Tal postura fortalece a reputação da instituição e contribui para o desenvolvimento de profissionais mais conscientes e preparados.

Para o cumprimento efetivo de suas funções, as CEUAs mantêm diálogo constante com as reitorias e lideranças institucionais, defendendo a necessidade de aportes financeiros e administrativos para a criação, reforma e atualização de biotérios e instalações animais. Participam ativamente do processo de planejamento institucional, pleiteando investimentos em infraestrutura e em métodos alternativos já reconhecidos para o ensino e pesquisa, promovendo ambientes mais adequados para os animais e para os próprios pesquisadores.

O incentivo à adoção de métodos substitutivos, inclusive com o apoio do CONCEA na atualização regulatória e divulgação de técnicas alternativas, reflete não só o compromisso com o bem-estar animal, mas também com a modernização e internacionalização da pesquisa universitária brasileira.

Destaca-se, ainda, o relevante papel do **Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB)** como representante da academia junto ao CONCEA. Essa representação é estratégica, pois permite levar as demandas reais das Universidades ao âmbito regulatório, contribuindo para que as decisões do CONCEA estejam alinhadas às necessidades concretas do ensino superior.

Além disso, essa aproximação cria um canal de diálogo direto entre as Universidades e Órgão regulador, tornando o processo mais transparente, democrático e adaptado à realidade institucional. O CRUB atua não apenas como porta-voz das IES, mas também como elo, contribuindo para aprimorar a regulamentação e garantindo que as normas estejam em sintonia com o avanço da ciência e com a proteção dos direitos animais.

As CEUAs são peças-chave no Sistema Nacional de Ética em Experimentação Animal, assegurando que a pesquisa e o ensino realizados nas universidades brasileiras ocorram sob rígidos critérios éticos, técnicos e legais. Seu trabalho vai muito além da mera análise de protocolos: envolve orientação, formação, diálogo e articulação institucional, com impactos positivos tanto para o bem-estar animal quanto para a excelência científica.

Por meio do compromisso institucional com infraestrutura adequada e incentivo à inovação, somado à atuação estratégica do CRUB junto ao CONCEA, as CEUAs impulsionam a construção de ambientes universitários mais éticos, inovadores e de excelência, em sintonia com os desafios e exigências contemporâneas da ciência global.





CRUB participa de Seminário Internacional da RIACES sobre avaliação da qualidade na Educação Superior

Nos dias 4 e 5 de setembro, o Conselho de Reitoras e Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) participou do Seminário Internacional da *Red Iberoamericana para el Aseguramiento de la Calidad en la Educación Superior* (RIACES), realizado no Centro Cultural da FGV, no Rio de Janeiro. O Conselho foi representado pelo Reitor Marco Antônio Soares de Souza, da Universidade de Vassouras (UNIVASSOURAS).

O Encontro reuniu especialistas e dirigentes de diversos países ibero-americanos para debater mecanismos de avaliação da qualidade na Educação Superior, conectados ao cenário global. Entre os pontos de convergência, destacou-se a percepção de que qualidade não é opcional, mas condição de sobrevivência em um mundo competitivo.

saiba mais



CRUB participa do Ciclo Nacional de Seminários Autonomia Universitária: fator de desenvolvimento do país

A Universidade de Brasília (UnB) sediou, em 17 de setembro, o Seminário Nacional de Autonomia Universitária, que reuniu Reitoras, Reitores, Especialistas e Representantes da Comunidade Acadêmica. O Encontro teve como foco a autonomia das universidades como princípio constitucional e como condição estratégica para o fortalecimento da Educação Superior Pública, a consolidação da democracia e o avanço científico, social e sustentável do país.

O evento, realizado no Auditório da Reitoria da UnB, foi promovido em parceria com a USP, UDESC, UFPE, UFPA e UFG. O Conselho de Reitoras e Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) esteve presente representado por sua Secretária Executiva, Salette de Sá.



Encontro dialoga sobre desafios e oportunidades das Fundações no fomento à Ciência e Educação

O CRUB recebeu no dia 26 de setembro, Bruno Cortella, Coordenador de Prospecção e Oportunidades na Fundep e Assessor Institucional no CONFIES - Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica. Na oportunidade foram abordados temas como os desafios, oportunidades e o papel estratégico das Fundações no fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação, e interlocução com as Instituições de Ensino Superior. Estavam presentes na reunião a Secretária Executiva Salette de Sá (CRUB) e José Aguilera (ABRUC).



CRUB prestigia Seminário "Monitoramento e Avaliação de Impacto para Políticas Industriais", organizado pela CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Banco Mundial e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) realizaram no dia 01/10, em Brasília, o Seminário "Monitoramento e Avaliação de Impacto para Políticas Industriais: Ferramentas para o Desenvolvimento do Brasil". O Encontro debateu a importância de estruturar políticas industriais capazes de serem monitoradas e avaliadas, garantindo continuidade, eficácia e transformação em políticas de Estado, independentemente dos ciclos governamentais.

O evento ocorreu em um contexto global de transição energética, reconfiguração de cadeias de valor e intensa concorrência tecnológica, que exige políticas públicas estratégicas e baseadas em evidências. O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) acompanhou o Seminário, representado pela sua Secretária Executiva, Salette de Sá.

-oto: ASCOM/CRUB



CRUB realiza a sua 103ª Assembleia Geral Ordinária

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, realizou sua 103ª Assembleia Geral Ordinária na segunda, 6/10. A pauta única foi a Prestação de Contas do Exercício Fiscal 2024. A Assembleia foi conduzida pelo Reitor Pedro Rubens Ferreira Oliveira (UNICAP), Presidente do CRUB. Estiveram presentes Reitoras, Reitores e Representantes das IES dos segmentos Comunitário, Particular, Público Estadual e Municipal e Público Federal. O encontro serviu, ainda, como oportunidade para indicar diálogos seguintes, como os desafios da sustentabilidade, da participação na vida associativa e aproximação entre os segmentos da Educação Superior e respectivas pautas.



CRUB prestigia lançamento de livro da CAPES sobre o impacto da Pós-Graduação na Agenda 2030

A CAPES lançou, no dia 08/10, o livro "Impacto da Pós-Graduação Brasileira na Agenda 2030: Contribuição do Sistema Nacional de Pós-Graduação para a COP 30 na Amazônia". A cerimônia ocorreu no Auditório da CAPES, em Brasília.

A obra reúne análises sobre a contribuição da Pós-Graduação brasileira para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, com destaque para ações e pesquisas desenvolvidas nas nove grandes áreas do conhecimento. Também apresenta dados sobre a produção científica nacional e propõe caminhos para uma Educação voltada ao desenvolvimento sustentável.

O CRUB prestigiou o lançamento do livro, representado por sua Secretária Executiva, Salette de Sá, reforçando o compromisso do Conselho com a promoção da Ciência, da Sustentabilidade e da Agenda 2030. CRUB prestigia Audiência no Senado em homenagem ao Dia da Professora e do Professor

O Senado Federal realizou, em 14 de outubro, uma Sessão Especial em homenagem ao Dia do Professor. A iniciativa, proposta pela Senadora Professora Dorinha Seabra, reuniu parlamentares e representantes do setor educacional, com destaque para a defesa da valorização da docência, do fortalecimento da educação pública e da ampliação de políticas que assegurem melhores condições de trabalho e formação para os profissionais da área.

14 de outubro de 2025

COMEMORAÇÃO DO DIA DO PROFESSOR -

O Fórum Nacional de Educação e o Conselho de Reitoras e Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) foram representados pelo Professor José Aguilera, reforçando a relevância do papel docente na formação cidadã e na construção de uma sociedade justa e democrática. A participação do FNE e do CRUB, sublinham o compromisso institucional com o reconhecimento daqueles que estão na base da formação de todas as carreiras e com a consolidação da Educação em todas as etapas e modalidades, como eixo de transformação social.



CRUB acompanha o Nobel Experience Day 2025, evento realizado em parceria entre a UnB e a Embaixada da Suécia

A Universidade de Brasília (UnB), em parceria com a Embaixada da Suécia, promoveu, em 15 de outubro, o Nobel Experience Day 2025, evento inspirado no legado do Prêmio Nobel e dedicado a discutir como a Ciência pode se transformar em inovação em prol da humanidade.

A programação ocorreu no Instituto de Ciências Biológicas, Restaurante Universitário da UnB e Hall da Reitoria, reunindo estudantes, pesquisadores e autoridades em torno do diálogo sobre o papel da Ciência no desenvolvimento sustentável e na construção de um futuro mais equitativo.

O CRUB acompanhou o evento, representado por sua Secretária Executiva, Salette de Sá.

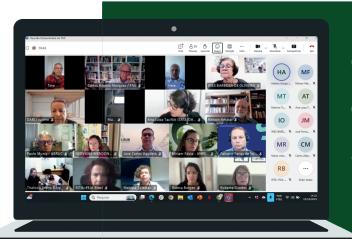


Fórum Interconselhos reúne Representantes para definir contribuições à Agenda da COP30

A construção da Agenda de Ação que será apresentada na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) tem a participação social como elemento central. Reunidos em Brasília, representantes de Conselhos Nacionais, movimentos sociais e organizações da sociedade civil participam do Fórum Interconselhos, que consolida propostas estratégicas para o enfrentamento da crise climática. As discussões se organizam em torno de seis eixos: energia, indústria e transporte; florestas, oceanos e biodiversidade; agricultura e sistemas alimentares; cidades, infraestrutura e água; desenvolvimento humano e social; e catalisadores, que incluem financiamento, tecnologia e capacitação.

O processo integra uma ampla mobilização social em preparação para a COP30, que será realizada em Belém (PA), em novembro de 2025. No encontro, foram destacadas a importância da participação popular nas negociações climáticas, a necessidade de fortalecer políticas públicas de mitigação e adaptação e o compromisso com uma transição justa. A iniciativa reafirma o papel histórico do Brasil na promoção de uma agenda climática inclusiva, com protagonismo da sociedade civil na busca por soluções sustentáveis e equitativas para o planeta.

O Conselho de Reitoras e Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) acompanhou o evento, representado pelo Professor José Aguilera.



CRUB participa da Reunião do FNE que debateu o Sistema Nacional de Educação e do Novo PNE

O Conselho de Reitoras e Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) participou, no dia 21 de outubro, da Reunião Extraordinária do Pleno do Fórum Nacional de Educação (FNE), representado pelo Professor José Aguilera.

A Reunião teve como principais pautas o debate sobre o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 235/2019, que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE), e o Projeto de Lei nº 2.614/2024, que trata do novo Plano Nacional de Educação (PNE).



Carteira Nacional Docente é criada para valorizar professores em todo o Brasil

No dia 11 de setembro foi sancionada a Lei que cria a Carteira Nacional Docente do Brasil (CNDB), Documento Oficial destinado a professores da Educação Básica e Superior, das redes pública, comunitária e privada. Com validade nacional, a carteira terá função de identificação profissional e permitirá o acesso a benefícios como descontos em eventos culturais, diárias em hotéis e ferramentas de trabalho, além de reforçar o reconhecimento social da categoria. A emissão será feita pelo Ministério da Educação (MEC) em formato físico e digital, após regulamentação.

A CNDB integra o programa Mais Professores para o Brasil, que busca fortalecer a formação, incentivar o ingresso na docência e ampliar oportunidades de valorização para cerca de 2,3 milhões de professores. O programa prevê iniciativas como bolsas, portal de formação, prova nacional docente e parcerias para ampliar os recursos disponíveis ao magistério, reafirmando o papel central dos educadores na construção da qualidade da Educação brasileira.

Veja a Apresentação

Saiba mais



Brasil sedia o 10° Fórum de Jovens Cientistas do BRICS, em Brasília

Leia a matéria



Divulgados os resultados do Censo da Educação Superior 2024

Leia a matéria

FOPROP discute desafios e perspectivas da Pós-Graduação na Amazônia Legal em Encontro sediado no CRUB

Leia a matéria

=oto: Divulgação MEC



Governo Federal cria Bolsa Permanência para Estudantes do Mais Médicos

Leia a matéria



Novas Políticas de Incentivo a Mulheres e Meninas na Ciência e Tecnologia foram apresentadas na 5ª CNPM

Leia a matéria



Acelera NIT: MEC impulsiona inovação nas Universidades Federais

Leia a matéria

MEC define regras para execução de Emendas Parlamentares

Leia a matéria



-oto: Marcos Oliveira/Ag. Senado



O Reitor da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Padre Pedro Rubens, recebeu no dia 9 de outubro o título *Doutor Honoris Causa* da Universidade Católica de Lille. A homenagem marcou a abertura do novo ano acadêmico e integrou a programação do Fórum Internacional Ecoposs.

A distinção foi concedida durante as comemorações dos 150 anos da Universidade francesa, que decidiu homenagear cinco personalidades de diferentes continentes por suas contribuições sociais, científicas e educacionais. O Reitor Patrick Scauflaire destacou a trajetória de Padre Pedro e sua visão voltada à justiça social e educativa. Desde sua fundação, em 1875, a Universidade Católica de Lille havia concedido o título a apenas seis pessoas.

Entre os novos agraciados estão o Padre Salim Daccache, do Líbano; Ollivier Dyens, do Canadá; Irmã Maryta Laumann, de Taiwan; e Marie-Thérèse Mengué, de Camarões. A candidatura do Padre Pedro Rubens seguiu os trâmites da Constituição Apostólica Veritatis Gaudium, que rege as Universidades Católicas, tendo sido aprovada pela Santa Sé.

Durante a cerimônia, Padre Pedro expressou profunda gratidão a Deus, ao povo de Vazantes, sua terra natal, e à Universidade Católica de Lille, em especial ao Reitor Scauflaire e à Ex-Reitora Thérèse Lebrun. Também agradeceu aos jesuítas do Brasil, França e Bélgica, e à comunidade acadêmica da UNICAP.

Em seu discurso, destacou a importância do diálogo entre saberes e Instituições Públicas, afirmando que a universidade é um espaço essencial de responsabilidade social e educativa. Relembrou ainda sua contribuição para o reconhecimento legal do caráter de interesse público das Universidades Comunitárias e Católicas no Brasil.

Padre Pedro encerrou sua fala com um convite aos jovens: decidir ancorar a liberdade na experiência e transformar grandes utopias em causas de tamanho humano. A homenagem simboliza o reconhecimento internacional da UNICAP e reforça a relevância da Educação como força transformadora da sociedade.

Novo Plano Nacional de Educação propõe 19 objetivos e prevê investimento de R\$ 280 bilhões até 2035

O Novo Plano Nacional de Educação (PNE), apresentado na Câmara dos Deputados no dia 14 de outubro, estabelece 19 objetivos que orientarão as políticas educacionais do país pelos próximos dez anos.

Com previsão de investimento de R\$ 280 bilhões até 2035, o Plano busca garantir acesso, permanência e qualidade na educação em todos os níveis de ensino — da educação infantil à pós-graduação.

Entre as metas, destacam-se a valorização e formação continuada de professores, a universalização da Educação Infantil, a expansão do Ensino Técnico e Superior, além do fortalecimento da pesquisa, inovação e inclusão como pilares do desenvolvimento nacional.

O novo PNE sucede o Plano aprovado em 2014 e propõe um modelo de gestão baseado em colaboração federativa e acompanhamento contínuo de resultados, assegurando que o Brasil avance na construção de uma educação mais equitativa, sustentável e voltada ao futuro.



Sai lista de Cursos
Superiores
semipresenciais
autorizados pelo MEC

O Ministério da Educação (MEC) publicou em 12 de setembro a Portaria nº 605/2025, com a lista oficial de cursos superiores em formato semipresencial, com as respectivas vagas previstas por ano para cada curso.

Ao todo, a lista tem, 456 cursos superiores de bacharelado, licenciatura e tecnológico.

A portaria é uma autorização inicial. As Instituições de Ensino que receberam essa autorização deverão solicitar o reconhecimento do curso em um momento futuro, conforme regras já existentes.

Toque no botão abaixo para acessar o anexo da Portaria com as Instituições de Ensino Superior autorizadas a oferecer cursos de graduação em formato semipresencial.

Acesse a Portaria



Foto: Scuola Superiore Sant'Anna

UFU e universidade italiana desenvolvem pele eletrônica que identifica toque com precisão

saiba mais

-oto: Freepik

Projeto da UEL estuda materiais biodegradáveis como substitutos do plástico convencional

saiba mais





Conecta+ UNIALFA aborda como a saúde mental influencia o sucesso profissional

saiba mais

UNIALFA

João Vitor: primeiro estudante de Educação Física com síndrome de Down cola grau na PUCGOIÁS

saiba mais



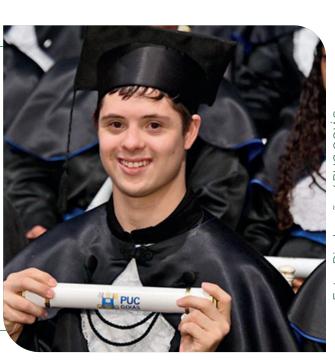


Foto: Divulgação / PUC GOIÁS

Estudo identifica fatores que interferem na recuperação de pacientes após traumatismo cranioencefálico grave

saiba mais



Cientista da UEPB integra novamente o ranking da Universidade de Stanford e Elsevier de pesquisadores mais influentes do mundo

saiba mais





Foto: Divulgação / UEPB



Centro de Apoio à Fauna Silvestre da UniCesumar atinge o marco histórico de mais 1.100 animais amparados no Paraná

saiba mais



De Caruaru para o mundo: Universitária ASCES-UNITA participou de cúpula da ONU, em Genebra

saiba mais





Foto: Shutterstock

oto: Divulgação / UFF



UFF tem 21
pesquisadores entre os
mais influentes do
mundo em ranking
internacional

saiba mais



Expedição liderada por pesquisadores da UERJ descobre fóssil de peixe mais bem preservado da Antártica

saiba mais





Imagem: Maurilio Oliveira / UER



Belas Artes Celebra 100 Anos com Festival de Animação

saiba mais



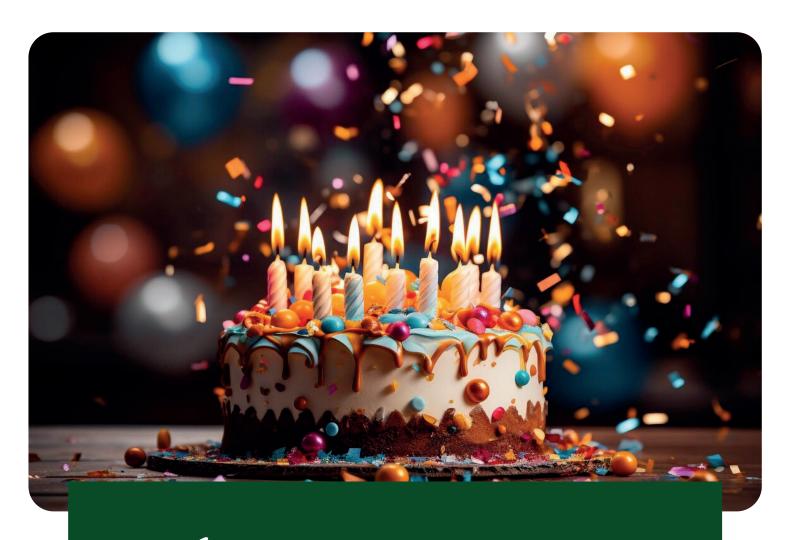
UNOESTE: 53 anos de legado em educação, inovação e transformação

saiba mais

Unoeste



Foto: Divulgação / UNOESTE



Aniversariantes

Setembro

01/09 - Reitor Rogério Renato Mateucci - PUCPR

06/09 - Reitor Luís Henrique Eloy e Silva - PUC Minas

09/09 - Reitor Hidelbrando dos Santos Soares - UECE

10/09 - Reitora Maysa Furlan - UNESP

14/09 – Reitora Amelia Maria Jarmendia Soares - UNICID

15/09 - Secretária de Educação de SC, Luciane Bisognin

Ceretta – UNESC (Diretoria CRUB)

17/09 - Reitor Jouberto Uchôa de Mendonça - UNIT

21/09 - Reitor Alexandre Almeida Webber - UNIOESTE

Outubro

03/10 - Reitor Alessandro Fernandes - UESC

05/10 - Professora Lia Maria Herzer Quintana (ex-Presidente CRUB)

07/10 - Reitor José Marinoni - UCDB

13/10 - Reitora Adriana dos Santos Marmori Lima - UNEB

27/10 - Reitora Marta Regina Gimenez Favaro (UEL)

31/10 – Professor Evandro do Nascimento Silva - UEFS

(ex-Diretor CRUB)



Presidente do CRUB Reitor Pedro Rubens Ferreira Oliveira (UNICAP)

1ª Vice-Presidência (Comunitárias) Secretária de Educação de SC, Luciane Bisognin Ceretta (UNESC)

3ª Vice-Presidência (Federais) Carlos André Bulhões Mendes (UFRGS)

2ª Vice-Presidência (Estaduais / Municipais) Reitora Vera Lúcia da Rocha Maquêa (UNEMAT)

4ª Vice-Presidência (Particulares) Vacante

1ª Tesouraria (Comunitárias) Reitor Germano Rigacci Júnior (PUC-Campinas) 2ª Tesouraria (Particulares) Reitor Marco Antônio Soares de Souza (Universidade de Vassouras)

1^a Secretaria (Estaduais/Municipais) Reitor Evandro Alberto de Sousa (UESPI)

2ª Secretaria (Federais) Vacante

Suplente (Comunitárias) Reitor Rafael Frederico Henn (UNISC)

Suplente (Estaduais / Municipais) Reitor Alberto Barella Netto (UniRV) Suplente (Federais) Vacante

Suplente (Particulares) Vacante

Conselho Fiscal Reitor Milton Beltrame Junior (UNIVAP) Reitor José Marinoni (UCDB)

Conselho Fiscal

Conselho Fiscal Professora Carmen Lúcia de Lima Helfer (UNISC)

Secretário Executivo José Aguilera

Secretária Executiva Adjunta Salette de Sá

Assessoria de Comunicação **ASCOM CRUB**

Design e Diagramação Perfetto Design

Para anunciar no CRUB em Ação



ascom@crub.org.br



(61) 3349-9010





www.crub.org.br



@crub.org.br /conselhodereitores /crub-conselho-de-reitores



